Relatório da redação anterior à Revisão da Lei Orgânica de Curitiba, as sugestões propostas pelo Vereador Paulo Salamuni e a redação do Projeto de Emenda à Lei Orgânica de Curitiba.

REDAÇÃO ANTERIOR À PROPOSTA DO VEREADOR PAULO SALAMUNI	REDAÇÃO PROPOSTA PELO VEREADOR PAULO SALAMUNI	REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DE CURITIBA
<p>Art. 1º. O Município de Curitiba, entidade integrante da Federação Brasileira, Capital do Estado do Paraná, é pessoa jurídica de direito público interno, com autonomia política, administrativa e financeira, nos termos da Constituição Federal e desta Lei Orgânica.</p>	<p>Art. 1º. <i>Parágrafo único. O Município de Curitiba promoverá os valores que fundamentam a nação brasileira e de seu povo, como a dignidade da pessoa humana, os valores sociais, ambientais, da livre iniciativa, assim como o pluralismo político, étnico e cultural, visando à edificação de uma sociedade justa, fraterna, democrática e sustentável.</i></p>	<p>Art. 1º O Município de Curitiba, entidade integrante da Federação Brasileira, Capital do Estado do Paraná, é pessoa jurídica de direito público interno, com autonomia política, administrativa e financeira, nos termos da Constituição Federal e desta Lei Orgânica.</p>
REDAÇÃO ANTERIOR	REDAÇÃO PROPOSTA	REDAÇÃO FINAL
<p>Art. 4º. Ao Município incumbe, na sua órbita de atuação, concretizar os objetivos expressos na Constituição da República Federativa do Brasil, devendo pautar sua ação pelo respeito aos princípios dela e da Constituição do Estado do Paraná, em especial os da democracia e da república, implicando, necessariamente, a eleição de representantes para o Legislativo e para o Executivo, em responsabilidade e transparência de ação, garantidos amplo acesso dos meios de comunicação aos atos e informações, bem como a participação, fiscalização e controle populares, nos termos da Constituição Federal e desta Lei Orgânica.</p>	<p>Art. 4º. <i>Constituem objetivos fundamentais e diretrizes do Município de Curitiba:</i></p> <p><i>I – a defesa do regime democrático;</i></p> <p><i>II – a luta pela independência, a autonomia e a harmonia entre os poderes;</i></p> <p><i>III – a garantia da participação popular nas decisões governamentais;</i></p> <p><i>IV – a moralidade, a transparência, a publicidade, a impessoalidade, a eficiência e o controle popular nas ações de governo;</i></p> <p><i>V – o respeito à opinião pública qualificada,</i></p>	<p>Art. 4º. <i>Constituem objetivos fundamentais e diretrizes do Município de Curitiba:</i></p> <p><i>I - a defesa do regime democrático;</i></p> <p><i>II - a luta pela independência, a autonomia e a harmonia entre os poderes;</i></p> <p><i>III - a garantia da participação popular nas decisões governamentais;</i></p> <p><i>IV - a moralidade, a transparência, a publicidade, a impessoalidade, a eficiência e o controle popular nas ações de governo;</i></p> <p><i>V - o respeito à opinião pública qualificada,</i></p>

	<p><i>em especial da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais;</i></p> <p><i>VI – a articulação e cooperação com os demais entes federados;</i></p> <p><i>VII – a desconcentração e a descentralização administrativas;</i></p> <p><i>VIII – a garantia da universalização dos serviços públicos e a materialização dos direitos fundamentais, em especial o acesso aos seus habitantes, aos bens, serviços e condições de vida indispensáveis a uma existência humana com dignidade;</i></p> <p><i>IX – a defesa e a preservação do território, dos recursos naturais e do meio ambiente e a preservação dos valores históricos e culturais municipais, objetivando a construção de uma cidade econômica, social e ambientalmente sustentável.</i></p>	<p>em especial da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais;</p> <p>VI - a articulação e cooperação com os demais entes federados;</p> <p>VII - a desconcentração e a descentralização administrativas;</p> <p>VIII - a garantia da universalização dos serviços públicos e a materialização dos direitos fundamentais, em especial o acesso dos seus habitantes aos bens, serviços e condições de vida indispensáveis a uma existência humana com dignidade;</p> <p>IX - a defesa e a preservação do território, dos recursos naturais e do meio ambiente e a preservação dos valores históricos e culturais municipais, objetivando a construção de uma cidade econômica, social e ambientalmente sustentável.</p>
REDAÇÃO ANTERIOR	REDAÇÃO PROPOSTA	REDAÇÃO FINAL
<p>Art. 7º. Todo Poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos, ou diretamente.</p> <p>Parágrafo único. A soberania popular será exercida:</p> <p>I. Indiretamente, pelo Prefeito e pelos Vereadores eleitos para a Câmara Municipal, por sufrágio universal e pelo voto direto e secreto.</p>	<p>Art. 7º. d) Sugestão Legislativa.</p>	<p>Art. 7º Todo Poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos, ou diretamente.</p> <p>Parágrafo único. A soberania popular será exercida:</p> <p>I - indiretamente, pelo Prefeito e pelos Vereadores eleitos para a Câmara Municipal, por sufrágio universal e pelo voto direto e secreto.</p>

<p>II. Diretamente, nos termos da lei, em especial, mediante:</p> <p>a) iniciativa popular;</p> <p>b) referendo;</p> <p>c) plebiscito.</p>		<p>II - diretamente, nos termos da lei, em especial, mediante:</p> <p>a) iniciativa popular;</p> <p>b) referendo;</p> <p>c) plebiscito.</p>
<p>REDAÇÃO ANTERIOR</p>	<p>REDAÇÃO PROPOSTA</p>	<p>REDAÇÃO FINAL</p>
<p>Art. 9º. São símbolos do Município de Curitiba o brasão, a bandeira, o hino e outros, estabelecidos em lei municipal.</p>	<p><i>Art. 9º. Parágrafo único. O dia 29 de março é a data magna de Curitiba.</i></p>	<p>Art. 9º São símbolos do Município de Curitiba o brasão, a bandeira, o hino e outros, estabelecidos em lei municipal.</p> <p>Parágrafo único. O dia 29 de março é a data magna de Curitiba.</p>
<p>REDAÇÃO ANTERIOR</p>	<p>REDAÇÃO PROPOSTA</p>	<p>REDAÇÃO FINAL</p>
<p>Art. 11. Compete ao Município prover a tudo quanto respeita ao seu interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, em especial:</p> <p>I. Instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei.</p> <p>II. Elaborar o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual, estimando a receita e fixando a despesa.</p> <p>III. Organizar e prestar diretamente, ou submeter ao regime de concessão ou permissão, mediante licitação, os serviços</p>	<p><i>Art. 11. VI - Elaborar o Plano Diretor de Curitiba.</i></p> <p><i>VII – Elaborar o Plano de Metas do Governo Municipal.</i></p> <p><i>VIII - Promover o adequado ordenamento territorial, mediante o controle do uso e ocupação do solo e o respeito às exigências ambientais, dispondo sobre parcelamento, zoneamento e edificações, fixando as limitações urbanísticas, podendo, quanto aos estabelecimentos e às atividades industriais, comerciais e de prestação de serviços:</i></p> <p><i>IX - Prover sobre a limpeza dos logradouros públicos.</i></p>	<p>Art. 11. Compete ao Município prover a tudo quanto respeita ao seu interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, em especial:</p> <p>I - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei.</p> <p>II - elaborar o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual, estimando a receita e fixando a despesa.</p> <p>III - organizar e prestar diretamente, ou submeter ao regime de concessão ou permissão, mediante licitação, os serviços</p>

públicos de interesse local, incluindo o transporte coletivo, que tem caráter essencial.

IV. Manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental.

V. Prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população.

VI. Elaborar o seu Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado.

VII. Promover o adequado ordenamento territorial, mediante o controle do uso e ocupação do solo, dispondo sobre parcelamento, zoneamento e edificações, fixando as limitações urbanísticas, podendo, quanto aos estabelecimentos e às atividades industriais, comerciais e de prestação de serviços:

a) conceder ou renovar a autorização ou a licença, conforme o caso, para a sua construção ou funcionamento;

b) conceder a licença de ocupação ou "habite-se", após a vistoria de conclusão de obras, que ateste a sua conformidade com o projeto e o cumprimento das condições especificadas em lei;

X - Promover a gestão integrada dos resíduos sólidos gerados nos respectivos territórios, sem prejuízo das competências de controle e fiscalização dos órgãos federais e estaduais do Sisnama, do SNVS e do Suasa, bem como da responsabilidade do gerador pelo gerenciamento de resíduos.

§ 1º. Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

§ 2º. Elaborar o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, condição para acessos a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.

XIII - Dispor sobre a apreensão, depósito, fiscalização e destino de animais e mercadorias apreendidos em decorrência de transgressão da legislação municipal.

XIV - Promover a proteção ao meio ambiente e o controle da poluição ambiental.

públicos de interesse local, incluindo o transporte coletivo, que tem caráter essencial.

IV - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental.

V - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população.

VI - elaborar o Plano Diretor de Curitiba e o Plano de Metas do Governo Municipal.

VII - promover o adequado ordenamento territorial, mediante o controle do uso e ocupação do solo e o respeito às exigências ambientais, dispondo sobre parcelamento, zoneamento e edificações, fixando as limitações urbanísticas, podendo, quanto aos estabelecimentos e às atividades industriais, comerciais e de prestação de serviços:

a) conceder ou renovar a autorização ou a licença, conforme o caso, para a sua construção ou funcionamento;

b) conceder a licença de ocupação ou "habite-se", após a vistoria de conclusão de obras, que ateste a sua conformidade com o projeto e o cumprimento das condições

c) revogar ou cassar a autorização ou a licença, conforme o caso, daquele cujas atividades se tornarem prejudiciais à saúde, à higiene, ao bem-estar, à recreação, ao sossego ou aos bons costumes, ou se mostrarem danosas ao meio ambiente;

d) promover o fechamento daqueles que estejam funcionando sem autorização ou licença, ou depois de sua revogação, anulação ou cassação, podendo interditar atividades, determinar ou proceder a demolição de construção ou edificação, nos casos e de acordo com a lei.

VIII. Prover sobre a limpeza dos logradouros públicos, o transporte e o destino do lixo domiciliar e de outros resíduos.

IX. Dispor sobre os serviços funerários, a administração dos cemitérios públicos e a fiscalização dos cemitérios particulares.

X. Dispor sobre a publicidade externa, em especial sobre a exibição de cartazes e anúncios, ou quaisquer outros meios de publicidade ou propaganda em logradouros públicos ou visíveis destes, ou em locais de acesso ao público.

XI. Dispor sobre a apreensão, depósito e destino de animais e mercadorias apreendidas em decorrência de transgressão da legislação municipal.

XV - Preservar a ordem pública sobre espetáculos e diversões públicas.

XVI – promover a acessibilidade.

XVII - Dispor sobre a aquisição, a administração, a utilização e a alienação de bens do Município.

especificadas em lei;

c) revogar ou cassar a autorização ou a licença, conforme o caso, daquele cujas atividades se tornarem prejudiciais à saúde, à higiene, ao bem-estar, à recreação, ao sossego ou aos bons costumes, ou se mostrarem danosas ao meio ambiente;

d) promover o fechamento daqueles que estejam funcionando sem autorização ou licença, ou depois de sua revogação, anulação ou cassação, podendo interditar atividades, determinar ou proceder a demolição de construção ou edificação, nos casos e de acordo com a lei.

VIII - prover a limpeza dos logradouros públicos e a gestão integrada dos resíduos sólidos.

IX - dispor sobre os serviços funerários, a administração dos cemitérios públicos e a fiscalização dos cemitérios particulares.

X - dispor sobre a publicidade externa, em especial sobre a exibição de cartazes e anúncios, ou quaisquer outros meios de publicidade ou propaganda em logradouros públicos ou visíveis destes, ou em locais de acesso ao público.

XI - dispor sobre a apreensão, depósito e destino de animais e mercadorias

XII. Dispor sobre o controle da poluição ambiental.

XIII. Dispor sobre espetáculos e diversões públicas.

XIV. Dispor sobre a utilização dos logradouros públicos, disciplinando:

a) os locais de estacionamento;

b) os itinerários e pontos de parada dos veículos de transporte coletivo;

c) os limites e a sinalização das áreas de silêncio;

d) os serviços de carga e descarga, e a tonelagem máxima permitida;

e) a realização e a sinalização de obras e serviços nas vias e logradouros públicos.

XV. Disciplinar o trânsito local, sinalizando as vias urbanas e estradas municipais, instituindo penalidades e dispor sobre a arrecadação das multas, especialmente as relativas ao trânsito urbano.

XVI. Dispor sobre a administração, a utilização e a alienação de bens do Município.

XVII. Dispor sobre os seus servidores.

apreendidas em decorrência de transgressão da legislação municipal.

XII - promover a proteção ao meio ambiente e o controle da poluição ambiental.

XIII - preservar a ordem pública e dispor sobre espetáculos e diversões públicas.

XIV - dispor sobre a utilização dos logradouros públicos, disciplinando:

a) os locais de estacionamento;

b) os itinerários e pontos de parada dos veículos de transporte coletivo;

c) os limites e a sinalização das áreas de silêncio;

d) os serviços de carga e descarga, e a tonelagem máxima permitida;

e) a realização e a sinalização de obras e serviços nas vias e logradouros públicos, e

f) promovendo a acessibilidade.

XV - disciplinar o trânsito local, sinalizando as vias urbanas e estradas municipais, aplicar penalidades e promover a arrecadação de multas, especialmente às relativas ao trânsito urbano, nos termos da legislação federal.

<p>XVIII. Dispor sobre as atividades urbanas, fixando o horário de funcionamento dos estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços.</p> <p>XIX. Estabelecer o sistema estatístico, cartográfico e de geologia municipal.</p> <p>XX. Dispor sobre o comércio ambulante.</p> <p>XXI. desapropriar bens por necessidade, utilidade pública ou por interesse social.</p> <p>XXII. Estabelecer servidões administrativas e usar a propriedade particular nos casos de perigo iminente ou calamidade pública, assegurada indenização ulterior, ocorrendo dano.</p> <p>XXIII. Instituir, por lei, e aplicar as penalidades por infrações das suas leis e regulamentos.</p>		<p>XVI - dispor sobre a aquisição, a administração, a utilização e a alienação de bens do Município.</p> <p>XVII - dispor sobre os seus servidores.</p> <p>XVIII - dispor sobre as atividades urbanas, fixando o horário de funcionamento dos estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços.</p>
REDAÇÃO ANTERIOR	REDAÇÃO PROPOSTA	REDAÇÃO FINAL
<p>Art.13. Compete ao Município, respeitadas as normas de cooperação fixadas em lei complementar, de forma concorrente-cumulativa com a União e o Estado:</p> <p>I. Zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas.</p> <p>II. Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.</p>	<p><i>Art. 13. II - Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia de acessibilidades às pessoas com deficiência.</i></p> <p><i>III - Proteger os documentos, os monumentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, as paisagens naturais notáveis, sítios geológicos e arqueológicos.</i></p> <p><i>IV - Impedir a evasão, a destruição, a</i></p>	<p>Art.13. Compete ao Município, respeitadas as normas de cooperação fixadas em lei, de forma concorrente cumulativa com a União e o Estado:</p> <p>I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas.</p> <p>II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia de acessibilidade às pessoas com deficiência.</p>

III. Proteger os documentos, os monumentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.

IV. Impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural.

V. Proporcionar meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.

VI. Proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.

VII. Preservar as florestas, a fauna e a flora.

VIII. Fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.

IX. Promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.

X. Combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.

XI. Registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais

descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural e a destruição ou descaracterização de paisagens naturais notáveis e sítios geológicos e arqueológicos.

VII – Conservar as florestas, a fauna e a flora, rios, bacias hidrográficas e a biodiversidade.

VIII – Estabelecer a política municipal do abastecimento com o objetivo geral de promoção da segurança alimentar à população, especialmente àquelas em situação de risco social, melhorando o seu padrão nutricional e facilitando o acesso a produtos alimentícios básicos de qualidade e com baixo custo.

X – Promover programas de construção de moradias e a melhoria de condições habitacionais, de infraestrutura e saneamento básico.

Parágrafo único. Os serviços públicos de saneamento básico serão prestados com base nos seguintes princípios fundamentais:

a) - universalização do acesso;

b) - integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos

III - proteger os documentos, os monumentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, as paisagens naturais notáveis, sítios geológicos e arqueológicos.

IV - impedir a evasão, a destruição, a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural e a destruição ou descaracterização de paisagens naturais notáveis e sítios geológicos e arqueológicos.

V - proporcionar meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.

VI - proteger o meio ambiente, em todas as suas formas, assegurando a sua sustentabilidade e a qualidade de vida do cidadão.

VII - conservar as florestas, a fauna e a flora, rios, bacias hidrográficas e a biodiversidade.

VIII - estabelecer a política municipal do abastecimento com o objetivo geral de promoção da segurança alimentar à população, especialmente àquelas em situação de risco social, melhorando o seu padrão nutricional e facilitando o acesso a produtos alimentícios básicos de qualidade e com baixo custo.

IX - promover programas de construção de

em seu território.

XII. Estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

c) - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

d) - disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;

e) - adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;

f) - articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;

g) eficiência e sustentabilidade econômica;

h) utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento

moradias e a melhoria de condições habitacionais, de infraestrutura e saneamento básico.

X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.

XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território.

XII - estabelecer e implantar políticas formais e informais de educação para o trânsito, o meio ambiente e para inclusão social.

	<p><i>dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;</i></p> <p><i>i) transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;</i></p> <p><i>j) controle social;</i></p> <p><i>k) segurança, qualidade e regularidade;</i></p> <p><i>l) integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.</i></p> <p><i>XII – Estabelecer e implantar políticas formais e informais de educação para o trânsito, o meio ambiente e para inclusão social.</i></p>	
REDAÇÃO ANTERIOR	REDAÇÃO PROPOSTA	REDAÇÃO FINAL
<p>Art. 14. Ao Município é vedado:</p> <p>I. Estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes, relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.</p> <p>II. Recusar fé aos documentos públicos.</p> <p>III. Criar distinções entre brasileiros ou preferências entre pessoas políticas.</p>	<p><i>Art. 14. IV – Permitir ou fazer uso de estabelecimento gráfico, jornal, estação de rádio, televisão ou outro meio de comunicação de sua propriedade para fins estranhos à administração e ao interesse público.</i></p>	<p>Art. 14. Ao Município é vedado:</p> <p>I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes, relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.</p> <p>II - recusar fé aos documentos públicos.</p> <p>III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre pessoas políticas.</p>

		IV - permitir ou fazer uso de estabelecimento gráfico, jornal, estação de rádio, televisão ou outro meio de comunicação de sua propriedade para fins estranhos à administração e ao interesse público.
REDAÇÃO ANTERIOR	REDAÇÃO PROPOSTA	REDAÇÃO FINAL
<p>Art. 20. Compete privativamente à Câmara Municipal:</p> <p>I. Eleger sua Mesa e destituí-la.</p> <p>II. Votar o seu Regimento Interno.</p> <p>III. Tomar o compromisso e dar posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito.</p> <p>IV. Representar contra o Prefeito.</p> <p>V. Fixar a remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, em cada Legislatura, para a subsequente, até sessenta dias antes das eleições municipais, observado o que dispõem os arts. 37, XI; 150, II; 153, III e 153, § 2º, I, da Constituição Federal.</p> <p>VI. Julgar os Vereadores nos casos especificados nesta Lei.</p> <p>VII. Conceder licença ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores.</p> <p>VIII. Criar comissões de inquérito sobre fatos determinados e por prazo certo,</p>	<p><i>Art. 20. XXIV – Dar publicidade de seus atos, pedidos de informação bem como dos resultados aferidos pelas comissões processantes, de inquérito e especial. Parágrafo único. As deliberações da Câmara sobre matéria de sua competência privativa tomarão forma de resolução, quando se tratar de matéria de sua economia interna, e de decreto legislativo, nos demais casos.</i></p>	<p>Art. 20. Compete privativamente à Câmara Municipal:</p> <p>I - eleger sua Mesa e destituí-la.</p> <p>II - elaborar e votar o seu Regimento Interno.</p> <p>III - tomar o compromisso e dar posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito.</p> <p>IV - representar contra o Prefeito.</p> <p>V - fixar a remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito, do Procurador Geral do Município e dos Secretários Municipais, através de lei, observado o que dispõe a Constituição Federal.</p> <p>VI - julgar os Vereadores nos casos especificados nesta Lei.</p> <p>VII - conceder licença ou autorizar o Prefeito e o Vice-Prefeito, mediante Decreto Legislativo, a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias.</p> <p>VIII - criar comissões de inquérito sobre</p>

mediante requerimento de um terço dos seus membros.

IX. Solicitar informações ao Prefeito sobre assuntos referentes à Administração.

X. Apreciar vetos.

XI. Conceder honorarias a pessoas que, reconhecida e comprovadamente, tenham prestado serviços relevantes ao Município,

XII. Julgar as contas do Prefeito, incluídas as da administração indireta e da Mesa da Câmara Municipal, na forma da lei.

XIII. Convocar os titulares dos órgãos e entidades da administração direta e indireta para prestarem informações sobre matéria da sua competência.

XIV. Julgar o Prefeito e os Secretários municipais nas infrações político-administrativas.

XV. Conhecer da renúncia do Prefeito e do Vice-Prefeito.

XVI. Destituir do cargo o Prefeito e o Vice-Prefeito após condenação por crime comum ou de responsabilidade.

XVII. Revogado

fatos determinados e por prazo certo, mediante requerimento de um terço dos seus membros.

IX - solicitar informações ao Prefeito sobre assuntos referentes à Administração.

X - apreciar vetos.

XI - conceder honorarias a pessoas que, reconhecida e comprovadamente, tenham prestado serviços relevantes ao Município, regulamentado em lei.

XII - julgar as contas do Prefeito, incluídas as da Administração Indireta, na forma da Lei.

XIII - convocar Secretário do Município ou quaisquer titulares de órgãos municipais para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade à ausência sem justificção adequada, bem como o fornecimento de informações inverídicas, atendendo o princípio da fé pública.

XIV - processar e julgar o Prefeito e os Secretários municipais nas infrações político administrativas.

XV - conhecer da renúncia do Prefeito e do Vice-Prefeito.

XVIII. Convocar plebiscito e autorizar referendo.

XIX. Sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar.

XX. Fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

XXI. Zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa do Prefeito.

Parágrafo único. As deliberações da Câmara sobre matéria de sua competência privativa tomarão forma de resolução, quando se tratar de matéria de sua economia interna, e de decreto legislativo, nos demais casos.

XVI - destituir do cargo o Prefeito e o Vice-Prefeito após condenação transitada em julgado por crime comum ou de responsabilidade.

XVII – revogado

XVIII - convocar plebiscito e autorizar referendo.

XIX - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar.

XX - fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

XXI - zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa do Prefeito.

XXII - fixar o subsídio dos Vereadores em cada Legislatura para a subsequente, até sessenta dias antes das eleições municipais, observado o que dispõem os arts. 29, VI; 37, X e XI; 39, § 4º; 150, II; 153, III e 153, § 2º, I, da Constituição Federal.

XXIII - convocar autoridades locais para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando ilícito penal, cível e

		<p>administrativo, conforme o caso, a ausência sem justificção adequada ou prestaçõ de informações falsas.</p> <p>XXIV - encaminhar pedidos escritos de informaçõ ao Prefeito, aos Secretários do Município ou a titulares de órgõos municipais, importando em infraçõ político-administrativa a recusa, ou o nãõ atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestaçõ de informações falsas.</p> <p>XXV - dar publicidade de seus atos e pedidos de informaçõ, bem como dos resultados aferidos pelas comissões processantes, de inquérito e especial.</p> <p>XXVI - receber e fiscalizar o plano de metas do Governo Municipal, que o Prefeito serã obrigado a entregar à Câmara Municipal de Curitiba até 90 dias após a data de sua posse.</p> <p>XXVII - fiscalizar e controlar, através dos Vereadores e das Comissões, os atos da Mesa e da Comissão Executiva. Parágrafo único. As deliberações da Câmara sobre matéria de sua competência privativa tomarãõ forma de resoluçõ, quando se tratar de matéria de sua economia interna, e de decreto legislativo, nos demais casos.</p>
REDAÇÃõ ANTERIOR	REDAÇÃõ PROPOSTA	REDAÇÃõ FINAL
<p>Art. 23. Não perderã o mandato o Vereador:</p>	<p>Art. 23. § 1º. O vereador investido nas funções acima enumeradas considera-se</p>	<p>Art. 23. Não perderã o mandato o Vereador:</p>

I. Investido no cargo de Ministro de Estado, Secretário Municipal, Estadual e Nacional, presidente, superintendente ou diretor de entidade da administração pública indireta do Município, Estado e União ou na chefia de missão temporária de caráter cultural ou de interesse do Município.

II. Licenciado pela Câmara por motivo de doença sem prejuízo da remuneração, ou sem remuneração no interesse particular, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias por Sessão Legislativa.

III. A Vereadora gestante licenciada pela Câmara, pelo prazo de cento e vinte dias, sem prejuízo da remuneração.

§ 1º O suplente será convocado nos casos de vaga, de investidura em função prevista neste artigo ou de licença superior a cento e vinte dias.

§ 2º Na hipótese do inciso I, o Vereador poderá optar pela remuneração do mandato.

automaticamente licenciado.

§ 2º. O suplente convocado deverá tomar posse dentro de 15 (quinze) dias, salvo motivo justo aceito pela Câmara.

§ 3º. Em caso de vaga, não havendo suplente, o Presidente comunicará o fato, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, diretamente ao Tribunal Regional Eleitoral, para que tome as devidas providências.

I - Investido do cargo de:

- a) Ministro de Estado, Secretário Municipal, Estadual e Nacional;
- b) presidente, superintendente, ou diretor de entidade da administração pública indireta do Município;
- c) presidente, superintendente, diretor ou conselheiro de entidade da administração pública indireta do Estado ou da União;
- d) presidente, superintendente, ou diretor de sociedades anônimas cujo sócio majoritário seja Município;
- e) presidente, superintendente, diretor ou conselheiro de sociedades anônimas cujo sócio majoritário seja o Estado ou a União;
- f) presidente, superintendente ou diretor de Organizações Sociais (OS) previstas em lei;
- g) presidente, superintendente ou diretor de Organizações da Sociedade Civil de interesse Público (OSCIP);
- h) presidente, superintendente ou diretor de agências executivas ou regulatórias;
- i) presidente, superintendente ou diretor de serviços sociais autônomos;
- j) chefia de missão temporária de caráter

		<p>cultural ou de interesse do Município.</p> <p>II - licenciado pela Câmara por motivo de doença sem prejuízo da remuneração, ou sem remuneração no interesse particular, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias por Sessão Legislativa.</p> <p>III - a Vereadora gestante licenciada pela Câmara, pelo prazo de cento e vinte dias, sem prejuízo da remuneração.</p> <p>§ 1º O suplente será convocado nos casos de vaga, de investidura em função prevista neste artigo ou de licença superior a cento e vinte dias.</p> <p>§ 2º Na hipótese do inciso I, o Vereador poderá optar pela remuneração do mandato.</p>
REDAÇÃO ANTERIOR	REDAÇÃO PROPOSTA	REDAÇÃO FINAL
<p>Art. 25. O Vereador é inviolável, no exercício do mandato e na circunscrição do Município, por suas opiniões, palavras e votos.</p>	<p>Art. 25. § 1º. No exercício do mandato, mesmo sem prévio aviso, o Vereador possui livre acesso às repartições públicas municipais, podendo diligenciar pessoalmente junto aos órgãos da administração direta e indireta, solicitar esclarecimentos e informações a respeito de ações e atos administrativos, devendo ser atendido pelos respectivos responsáveis, na forma da lei.</p>	<p>Art. 25. O Vereador é inviolável, no exercício do mandato e na circunscrição do Município, por suas opiniões, palavras e votos.</p> <p>Parágrafo único. No exercício do mandato, mesmo sem prévio aviso, o Vereador possui livre acesso às repartições públicas municipais, podendo diligenciar pessoalmente junto aos órgãos da administração direta e indireta, solicitar esclarecimentos e informações a respeito de ações e atos administrativos, devendo ser atendido pelos respectivos responsáveis, na</p>

		forma da lei.
REDAÇÃO ANTERIOR	REDAÇÃO PROPOSTA	REDAÇÃO FINAL
<p data-bbox="56 140 772 311">Art. 47. A discussão e a votação da matéria constante da ordem do dia serão realizadas com a presença da maioria absoluta dos membros da Casa.</p> <p data-bbox="56 359 772 518">§ 1º O voto será público e aberto, exceto nas deliberações referentes às penalidades aos Vereadores e ao Prefeito e na apreciação de vetos, para as quais será secreto.</p> <p data-bbox="56 566 772 646">§ 2º Dependerá de voto favorável de dois terços dos membros da Câmara:</p> <p data-bbox="56 694 772 813">I. A deliberação sobre as contas do Município contra o parecer prévio do Tribunal de Contas.</p> <p data-bbox="56 861 772 901">II. A destituição de componente da Mesa.</p> <p data-bbox="56 949 772 1029">III. A representação contra o Prefeito Municipal.</p> <p data-bbox="56 1077 772 1117">IV. A aprovação de emenda à Lei Orgânica.</p> <p data-bbox="56 1165 772 1244">V. A aprovação de proposta para mudança do nome do Município.</p> <p data-bbox="56 1292 772 1372">VI. A aprovação do Regimento Interno da Câmara Municipal.</p> <p data-bbox="56 1420 772 1500">VII. O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado.</p>	<p data-bbox="772 140 1489 183">Art. 47. VII - O Plano Diretor de Curitiba.</p>	<p data-bbox="1489 140 2206 311">Art. 47. A discussão e a votação da matéria constante da ordem do dia serão realizadas com a presença da maioria absoluta dos membros da Casa.</p> <p data-bbox="1489 359 2206 518">§ 1º O voto será público e aberto, exceto nas deliberações referentes às penalidades aos Vereadores e ao Prefeito e na apreciação de vetos, para as quais será secreto.</p> <p data-bbox="1489 566 2206 646">§ 2º Dependerá de voto favorável de dois terços dos membros da Câmara:</p> <p data-bbox="1489 694 2206 813">I - a deliberação sobre as contas do Município contra o parecer prévio do Tribunal de Contas.</p> <p data-bbox="1489 861 2206 901">II - a destituição de componente da Mesa.</p> <p data-bbox="1489 949 2206 1029">III - a representação contra o Prefeito Municipal.</p> <p data-bbox="1489 1077 2206 1117">IV - a aprovação de emenda à Lei Orgânica.</p> <p data-bbox="1489 1165 2206 1244">V - a aprovação de proposta para mudança do nome do Município.</p> <p data-bbox="1489 1292 2206 1372">VI - a aprovação do Regimento Interno da Câmara Municipal.</p> <p data-bbox="1489 1420 2206 1500">VII - a aprovação do Plano Diretor de Curitiba.</p>

<p>§ 3º Dependerá de voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara:</p> <p>I. A rejeição do veto prefeitural.</p> <p>II. A mudança de local de funcionamento da Câmara Municipal.</p> <p>III. A aprovação de leis complementares.</p>		<p>§ 3º Dependerá de voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara:</p> <p>I - a rejeição do veto do Prefeito.</p> <p>II - a mudança de local de funcionamento da Câmara Municipal.</p> <p>III - a aprovação de leis complementares.</p>
<p>REDAÇÃO ANTERIOR</p>	<p>REDAÇÃO PROPOSTA</p>	<p>REDAÇÃO FINAL</p>
<p>Art. 53. São de iniciativa privativa do Executivo, entre outras previstas nesta Lei Orgânica, leis que disponham sobre:</p> <p>I. Criação de cargos, funções ou empregos públicos e aumento de vencimentos dos servidores.</p> <p>II. Servidores do Município, seu regime jurídico, planos de carreira, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria.</p> <p>III. Criação, estruturação e atribuições dos órgãos e entidades da Administração Municipal.</p> <p>IV. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado.</p> <p>§ 1º O Prefeito, havendo interesse público relevante devidamente justificado, pode solicitar urgência para a apreciação de projetos de sua iniciativa, desde que esta Lei Orgânica não estabeleça os prazos para</p>	<p><i>Art. 53. IV - O Plano Diretor de Curitiba.</i></p>	<p>Art. 53. São de iniciativa privativa do Executivo, entre outras previstas nesta Lei Orgânica, leis que disponham sobre:</p> <p>I - criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta, autárquica e fundacional do Município e aumento de remuneração dos servidores.</p> <p>II - servidores do Município, seu regime jurídico, planos de carreira, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria.</p> <p>III - criação, estruturação e atribuições dos órgãos e entidades da Administração Municipal.</p> <p>IV - o Plano Diretor de Curitiba.</p> <p>§ 1º O Prefeito, havendo interesse público relevante devidamente justificado, pode solicitar urgência para a apreciação de projetos de sua iniciativa, desde que esta Lei Orgânica não estabeleça os prazos para</p>

<p>deliberação da Câmara Municipal.</p> <p>§ 2º No caso do § 1º, se a Câmara Municipal não se manifestar em até quarenta e cinco dias sobre a proposição, será esta incluída na ordem do dia, suspendendo-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que se ultime a votação.</p> <p>§ 3º O prazo do parágrafo anterior não corre no período de recesso da Câmara Municipal, nem se aplica aos projetos de código.</p>		<p>deliberação da Câmara Municipal.</p> <p>§ 2º No caso do § 1º, se a Câmara Municipal não se manifestar em até quarenta e cinco dias sobre a proposição, será esta incluída na ordem do dia, suspendendo-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que se ultime a votação.</p> <p>§ 3º O prazo do parágrafo anterior não corre no período de recesso da Câmara Municipal, nem se aplica aos projetos de código.</p>
REDAÇÃO ANTERIOR	REDAÇÃO PROPOSTA	REDAÇÃO FINAL
<p>Art. 55. A iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros poderá ser exercida por cinco por cento, pelo menos, do eleitorado.</p>	<p><i>Art. 55. Parágrafo único. A iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros também poderá ser exercida através da Sugestão Legislativa.</i></p>	<p>Art. 55. A iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros poderá ser exercida por cinco por cento, pelo menos, do eleitorado.</p>
REDAÇÃO ANTERIOR	REDAÇÃO PROPOSTA	REDAÇÃO FINAL
<p>Art. 72. Ao Prefeito compete:</p> <p>I. Representar o Município em juízo ou fora dele.</p> <p>II. Nomear e exonerar os Secretários Municipais.</p> <p>III. Iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Lei.</p> <p>IV. Sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, e expedir decretos e regulamentos para a sua fiel execução.</p>	<p><i>Art. 72. X - Remeter mensagem e plano de metas à Câmara Municipal por ocasião da abertura da Sessão Legislativa, expondo a situação do Município.</i></p>	<p>Art. 72. Ao Prefeito compete:</p> <p>I - representar o Município em juízo ou fora dele.</p> <p>II - nomear e exonerar os Secretários Municipais.</p> <p>III - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Lei.</p> <p>IV - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, e expedir decretos e regulamentos para a sua fiel execução.</p>

V. Dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Municipal, na forma da lei.

VI. Vetar projeto de lei, total ou parcialmente, por inconstitucionalidade ou no interesse público.

VII. Prestar à Câmara Municipal, dentro de quinze dias úteis, as informações solicitadas.

VIII. Comparecer à Câmara Municipal, por sua própria iniciativa.

IX. Solicitar a intervenção estadual no Município, nos termos da Constituição Estadual.

X. Remeter mensagem e plano de governo à Câmara Municipal por ocasião da abertura da Sessão Legislativa, expondo a situação do Município.

XI. Prestar contas, anualmente, à Câmara Municipal, até sessenta dias após o encerramento do exercício.

XII. Enviar à Câmara Projeto do Plano Plurianual, Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e Proposta de Orçamento Anual.

XIII. Celebrar convênios com entidades

V - dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Municipal, na forma da lei.

VI - vetar projeto de lei, total ou parcialmente, por inconstitucionalidade ou no interesse público, plenamente justificado.

VII - prestar à Câmara Municipal, dentro de quinze dias úteis, as informações solicitadas, podendo este prazo ser prorrogado uma única vez por igual período.

VIII - comparecer à Câmara Municipal, por sua própria iniciativa.

IX - solicitar a intervenção estadual no Município, nos termos da Constituição Estadual.

X - remeter mensagem e plano de metas à Câmara Municipal até 60 dias da abertura da 1ª Sessão Legislativa e na abertura das Sessões Legislativas subsequentes da Legislatura, expondo a situação do Município.

XI - prestar contas, anualmente, à Câmara Municipal, até noventa dias após o encerramento do exercício.

XII - enviar à Câmara Projeto do Plano Plurianual, Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e Proposta de Orçamento Anual.

públicas ou particulares, na forma da lei, remetendo cópia fiel do inteiro teor dos instrumentos respectivos à Câmara Municipal de Curitiba, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data da assinatura.

XIV. Convocar extraordinariamente a Câmara Municipal para deliberar sobre matéria de interesse público relevante e urgente.

XV. Alienar bens imóveis, mediante prévia e expressa autorização da Câmara Municipal.

XVI. Conceder, permitir ou autorizar o uso dos bens municipais por terceiros, nos termos da lei.

XVII. Conceder ou permitir, na forma da lei, a execução de serviços públicos por terceiros.

XVIII. Executar o orçamento.

XIX. Aplicar multas previstas em leis e contratos.

XX. Fixar os preços dos serviços públicos, observados os critérios estabelecidos em lei.

XXI. Contrair empréstimos e realizar operações de crédito, com prévia autorização da Câmara Municipal.

XXII. Remeter à Câmara Municipal, até o dia 20 de cada mês, as parcelas das dotações

XIII - celebrar convênios ou consórcios com entidades públicas ou particulares, na forma da lei, remetendo extrato simplificado com o conteúdo e abrangência à Câmara Municipal de Curitiba, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da assinatura, sem prejuízo da possibilidade de requisição por esta de inteiro teor destes instrumentos, com remessa em igual prazo.

XIV - convocar extraordinariamente a Câmara Municipal para deliberar sobre matéria de interesse público relevante e urgente.

XV - alienar bens imóveis, mediante prévia e expressa autorização da Câmara Municipal.

XVI - conceder, permitir ou autorizar o uso dos bens municipais por terceiros, nos termos da lei.

XVII - conceder ou permitir, na forma da lei, a execução de serviços públicos por terceiros.

XVIII - executar o orçamento.

XIX - aplicar multas previstas em leis e contratos.

XX - fixar os preços dos serviços públicos, observados os critérios estabelecidos em lei.

orçamentárias que devem ser despendidas por duodécimos.

XXIII. Abrir crédito extraordinário nos casos de calamidade pública, comunicando o fato à Câmara Municipal.

XXIV. Expedir os atos referentes à situação funcional dos servidores.

XXV. Nomear e demitir servidores, nos termos da lei.

XXVI. Determinar a abertura de sindicância e a instauração de inquérito administrativo.

XXVII. Aprovar projetos técnicos de edificação, de arruamento e de loteamento.

XXVIII. Desapropriar bens, mediante a expedição de atos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou de interesse social.

XXIX. Solicitar auxílio dos órgãos de segurança para o cumprimento de seus atos.

XXI - contrair empréstimos e realizar operações de crédito, com prévia autorização da Câmara Municipal.

XXII - remeter à Câmara Municipal, até o dia 20 de cada mês, as parcelas das dotações orçamentárias que devem ser despendidas por duodécimos.

XXIII - abrir crédito extraordinário nos casos de calamidade pública, comunicando o fato à Câmara Municipal.

XXIV - expedir os atos referentes à situação funcional dos servidores.

XXV - nomear e demitir servidores, nos termos da lei.

XXVI - determinar a abertura de sindicância e a instauração de inquérito administrativo.

XXVII - aprovar projetos técnicos de edificação, de arruamento e de loteamento.

XXIX - solicitar auxílio aos órgãos de segurança e determinar à guarda municipal o cumprimento de seus atos.

XXX - subscrever ou adquirir ações, realizar ou aumentar o capital de sociedades de economia mista ou empresas públicas, na forma da lei.

		XXXI - dispor, a qualquer título, no todo ou em parte, de ações ou capital que tenha subscrito, adquirido, realizado ou aumentado, mediante autorização expressa da Câmara Municipal.
REDAÇÃO ANTERIOR	REDAÇÃO PROPOSTA	REDAÇÃO FINAL
<p>Art. 74. O exercício da representação do Município em juízo dar-se-á mediante a Procuradoria-Geral do Município, órgão ao qual competem as atividades de consultaria do Executivo e a execução da dívida ativa.</p>	<p><i>Art. 74. A representação judicial, assessoria e a consultoria jurídica do Município são exercidas pelos Procuradores do Município, membros da Procuradoria-Geral, instituição essencial à justiça, órgão central do sistema jurídico municipal, diretamente vinculada ao Prefeito, com funções de supervisionar os serviços jurídicos da administração direta, indireta e fundacional no âmbito do Poder Executivo.</i></p> <p><i>§ 1º. O cargo de Procurador-Geral do Município é de livre nomeação do Prefeito Municipal, preferencialmente dentre os integrantes da carreira e gozará de tratamento e prerrogativas de Secretário Municipal, sendo os demais cargos de direção privativos de Procuradores do Município.</i></p> <p><i>§ 2º. Os Procuradores do Município, organizados em carreira própria, típica de Estado, na qual o ingresso depende de concurso público, de provas e títulos, realizado pela Procuradoria-Geral do Município, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases.</i></p>	<p>Art. 74. A representação judicial, assessoria e a consultoria jurídica do Município são exercidas pelos Procuradores do Município, membros da Procuradoria-Geral, instituição essencial à justiça, órgão central do sistema jurídico municipal, diretamente vinculada ao Prefeito, com funções de supervisionar os serviços jurídicos da administração direta, indireta e fundacional no âmbito do Poder Executivo.</p> <p>§ 1º O cargo de Procurador Geral do Município é de livre nomeação do Prefeito Municipal, preferencialmente dentre os integrantes da carreira e gozará de tratamento e prerrogativas de Secretário Municipal, sendo os demais cargos de direção privativos de Procuradores do Município.</p> <p>§ 2º Os Procuradores do Município, organizados em carreira própria, típica de Estado, na qual o ingresso depende de concurso público de provas e títulos, realizado pela Procuradoria-Geral do Município, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases.</p>

§ 3º. A Procuradoria-Geral atuará obrigatoriamente no controle interno da legalidade dos atos do Poder Executivo e exercerá a defesa dos interesses do Município, incluídos os de natureza financeiro-orçamentária.

§ 4º. Além de outras competências estabelecidas em lei, compete exclusivamente à Procuradoria-Geral do Município a cobrança judicial e extrajudicial da dívida ativa do Município.

§ 5º. O exercício das atribuições da Procuradoria-Geral do Município é privativo dos Procuradores integrantes da carreira, sendo vedada a realização de suas atribuições por terceiros, servidores ou não.

§ 6º. É vedado aos Procuradores do Município exercer advocacia fora das funções institucionais, não se aplicando este disposto aos atuais Procuradores do Município.

§ 3º A Procuradoria-Geral atuará obrigatoriamente no controle interno da legalidade dos atos do Poder Executivo e exercerá a defesa dos interesses do Município, incluídos os de natureza financeiro-orçamentária.

§ 4º Além de outras competências estabelecidas em lei, compete exclusivamente à Procuradoria-Geral do Município a cobrança judicial e extrajudicial da dívida ativa do Município.

§ 5º O exercício das atribuições da Procuradoria-Geral do Município é exclusivo dos Procuradores integrantes da carreira, sendo vedada a realização de suas atribuições por terceiros, servidores ou não.

REDAÇÃO ANTERIOR

Art. 79. O Município, na sua atuação, atenderá aos princípios da democracia participativa, dispondo, mediante lei, sobre a criação dos Conselhos Municipais nas diversas áreas, integrados por representantes populares dos usuários dos serviços públicos, disciplinando a sua composição e funcionamento,

REDAÇÃO PROPOSTA

Art. 79. I - A participação, mediante propostas e discussões, de planos, programas e projetos, a partir do Plano Diretor de Curitiba, do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual.

REDAÇÃO FINAL

Art. 79. O Município, na sua atuação, atenderá aos princípios da democracia participativa, dispondo, mediante lei, sobre a criação dos Conselhos Municipais nas diversas áreas, integrados por representantes populares dos usuários dos serviços públicos, disciplinando a sua composição e funcionamento,

<p>compreendidas nas suas prerrogativas, entre outras:</p> <p>I. A participação, mediante propostas e discussões, de planos, programas e projetos, a partir do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual.</p> <p>II. O acompanhamento da execução dos programas e a fiscalização da aplicação dos recursos.</p> <p>Parágrafo único. Os Conselhos Municipais funcionarão de forma independente da Administração Municipal, sendo que a participação nos mesmos será considerada de caráter público relevante; exercida gratuitamente, à exceção dos Conselheiros Tutelares, cujo exercício do mandato será remunerado, nos termos estabelecidos em Lei Municipal.</p>		<p>compreendidas nas suas prerrogativas, entre outras:</p> <p>I - a participação, mediante propostas e discussões, de planos, programas e projetos, a partir do Plano Diretor de Curitiba, do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual.</p> <p>II - o acompanhamento da execução dos programas e a fiscalização da aplicação dos recursos.</p> <p>Parágrafo único. Os Conselhos Municipais funcionarão de forma independente da Administração Municipal, sendo que a participação nos mesmos será considerada de caráter público relevante; exercida gratuitamente, à exceção dos Conselheiros Tutelares, cujo exercício do mandato será remunerado, nos termos estabelecidos em Lei Municipal.</p>
REDAÇÃO ANTERIOR	REDAÇÃO PROPOSTA	REDAÇÃO FINAL
<p>Art. 109. As obras e serviços de grande vulto, que envolvam endividamento considerável e impliquem em significativa alteração do aspecto da cidade, com reflexos sobre a vida e os interesses da população, serão submetidos a plebiscito, a critério da Câmara Municipal, por deliberação da maioria absoluta dos Vereadores.</p>	<p><i>Art. 109. As obras e serviços de grande vulto, que envolvam endividamento considerável e impliquem em significativa alteração do aspecto da cidade ou do meio ambiente, com reflexos sobre a vida e os interesses da população, serão submetidos à audiência pública e posterior plebiscito, a critério da Câmara Municipal, por deliberação da maioria absoluta dos Vereadores.</i></p>	<p>Art. 109. As obras e serviços de grande vulto, que envolvam endividamento considerável e impliquem em significativa alteração do aspecto da cidade, ou do meio ambiente, com reflexos sobre a vida e os interesses da população, serão submetidos à audiência pública e posterior plebiscito, a critério da Câmara Municipal, devendo este último ser aprovado por deliberação da maioria absoluta dos Vereadores.</p>

REDAÇÃO ANTERIOR	REDAÇÃO PROPOSTA	REDAÇÃO FINAL
<p>Art. 121. Compete ao Município instituir:</p> <p>I. Impostos previstos na Constituição Federal, observado, no que couber, o disposto no seu art. 145, § 1º.</p> <p>II. Taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ou postos à disposição do contribuinte.</p> <p>III. Contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.</p> <p>IV. Contribuição social, cobrada de seus servidores para custeio, em benefício destes, do sistema de previdência e assistência social.</p>	<p>Art. 121. V – Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.</p> <p>Parágrafo único. O Poder Executivo fica obrigado a corrigir a Planta Genérica de Valores Imobiliários a cada 3 (três) anos.</p>	<p>Art. 121. Compete ao Município instituir:</p> <p>I - impostos previstos na Constituição Federal, observado, no que couber, o disposto no seu art. 145, § 1º.</p> <p>II - taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ou postos à disposição do contribuinte.</p> <p>III - contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.</p> <p>IV - contribuição social, cobrada de seus servidores para custeio, em benefício destes, do sistema de previdência e assistência social.</p> <p>V - contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.</p>
REDAÇÃO ANTERIOR	REDAÇÃO PROPOSTA	REDAÇÃO FINAL
<p>Art. 122. Lei complementar estabelecerá:</p> <p>I. As hipóteses de incidência, base de cálculo e sujeitos passivos da obrigação tributária.</p> <p>II. O lançamento e a forma de sua notificação.</p> <p>III. Os casos de exclusão, suspensão e</p>	<p>Art. 122. Parágrafo Único - O lançamento tributário observará o devido processo legal e a lei complementar disporá a respeito do Código de Defesa do Contribuinte.</p>	<p>Art. 122. Lei complementar estabelecerá:</p> <p>I - as hipóteses de incidência, base de cálculo e sujeitos passivos da obrigação tributária.</p> <p>II - o lançamento e a forma de sua notificação.</p> <p>III - os casos de exclusão, suspensão e</p>

<p>extinção de créditos tributários. IV. A progressividade dos impostos. Parágrafo único. O lançamento tributário observará o devido processo legal.</p>		<p>extinção de créditos tributários. IV - a progressividade dos impostos. Parágrafo único. O lançamento tributário observará o devido processo legal e a lei complementar disporá a respeito do Código de Defesa do Contribuinte.</p>
REDAÇÃO ANTERIOR	REDAÇÃO PROPOSTA	REDAÇÃO FINAL
<p>Art. 123. É vedada qualquer anistia ou remissão que envolva matéria tributária, exceto em caso de calamidade pública ou grande relevância social, mediante lei.</p>	<p><i>Art. 123. § 1º. A lei que conceda isenções tributárias e redução de base de cálculo de imposto não poderá ter prazo superior a 10 (dez) anos.</i></p> <p><i>§ 2º. A concessão de benefício fiscal será concedida mediante a contrapartida dos beneficiários, fixados em lei, sempre quando seja possível determiná-los.</i></p> <p><i>§ 3º. A lei que aprovar isenção ou redução de base de cálculo deverá ser aprovada por 2/3 (dois terço) dos membros da Câmara, prevalecendo o estatuído para o exercício seguinte.</i></p> <p><i>Parágrafo único. Não se considera renúncia de receita o cancelamento de débitos cujo montante seja inferior ao do respectivo custo de cobrança.</i></p>	<p><u>Art. 123. É vedada qualquer anistia ou remissão que envolva matéria tributária, exceto em caso de calamidade pública ou grande relevância social, mediante lei.</u></p>
REDAÇÃO ANTERIOR	REDAÇÃO PROPOSTA	REDAÇÃO FINAL
<p>Art. 124. O Município poderá celebrar convênios com a União, o Estado e outros Municípios, sobre matéria tributária.</p>	<p><i>Art. 124. Parágrafo único. O município acompanhará o repasse das receitas tributárias que lhe cabem conforme a Constituição da Republica.</i></p>	<p>Art. 124. O Município poderá celebrar convênios com a União, o Estado e outros Municípios, sobre matéria tributária.</p>
REDAÇÃO ANTERIOR	REDAÇÃO PROPOSTA	REDAÇÃO FINAL
<p>Art. 145. A política de desenvolvimento</p>	<p><i>Art. 145. A política de desenvolvimento</i></p>	<p>Art. 145. A política de desenvolvimento</p>

urbano, conforme diretrizes fixadas no Plano Diretor, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º A propriedade urbana cumpre a função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no Plano Diretor.

§ 2º É facultado ao Município, mediante lei específica para área incluída no Plano Diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena de, sucessivamente:

I. Parcelamento ou edificação compulsórios.

II. Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, progressivo no tempo.

III. Desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública, de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

urbano, conforme diretrizes fixadas no Plano Diretor têm por objetivo propiciar melhores condições para o desenvolvimento integrado e sustentável e o bem-estar social da comunidade de Curitiba, bem como da Região Metropolitana.

§ 1º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da Cidade expressas no Plano Diretor de Curitiba, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à sustentabilidade e à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas.

urbano, conforme diretrizes fixadas no Plano Diretor, tem por objetivo propiciar melhores condições para o desenvolvimento integrado e sustentável e o bem-estar social da comunidade de Curitiba, integrada com a Região Metropolitana.

§ 1º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da Cidade expressas no Plano Diretor de Curitiba.

§ 2º É facultado ao Município, mediante lei específica para área incluída no Plano Diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena de, sucessivamente:

I - Parcelamento ou edificação compulsórios.

II - Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, progressivo no tempo.

III - Desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública, de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

REDAÇÃO ANTERIOR

Art. 146. O Município deverá organizar sua

REDAÇÃO PROPOSTA

Art. 146. O Município deverá organizar sua

REDAÇÃO FINAL

Art. 146. O Município deverá organizar sua

<p>administração e exercer suas atividades dentro de um processo de planejamento permanente.</p>	<p><i>administração e exercer suas atividades dentro de um processo de planejamento permanente e participativo, promovendo o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, da propriedade e o bem-estar de seus habitantes.</i></p>	<p>administração e exercer suas atividades dentro de um processo de planejamento permanente e participativo, promovendo o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, da propriedade e o bem estar de seus habitantes.</p>
<p>REDAÇÃO ANTERIOR</p>	<p>REDAÇÃO PROPOSTA</p>	<p>REDAÇÃO FINAL</p>
<p>Art. 147. A política de desenvolvimento urbano visa a assegurar, entre outros, os seguintes objetivos:</p> <p>I. A urbanização e regularização de loteamentos.</p> <p>II. O estímulo à preservação de áreas periféricas de produção agrícola e pecuária.</p> <p>III. A preservação, a proteção e a recuperação do meio ambiente e da cultura.</p> <p>IV. A criação e a manutenção de parques de interesse urbanístico, social, ambiental, turístico e de utilização pública.</p> <p>V. A utilização racional do território e dos recursos naturais, mediante controle da implantação e funcionamento de atividades industriais, comerciais, residenciais e viárias.</p>	<p><i>Art. 147. A política de desenvolvimento urbano visa a assegurar, entre outros, os seguintes objetivos:</i></p> <p><i>I - regulação pública sobre o solo urbano estabelecendo medidas de controle para o uso e ocupação sustentável do espaço da cidade;</i></p> <p><i>II - promoção da qualidade de vida, reduzindo as desigualdades e a exclusão social;</i></p> <p><i>III - prioridade ao transporte coletivo público e universalização da mobilidade, promovendo a diversidade de modais de transporte e a acessibilidade;</i></p> <p><i>IV - promoção social, econômica e cultural da cidade;</i></p> <p><i>V - conservação e recuperação do ambiente natural, dos recursos minerais e da água subterrânea;</i></p> <p><i>Parágrafo único. Será assegurada a participação direta da população e de</i></p>	<p>Art. 147. A política de desenvolvimento urbano visa assegurar, entre outros, os seguintes objetivos:</p> <p>I - regulação pública sobre o solo urbano estabelecendo medidas de controle para o uso e ocupação sustentável do espaço da cidade;</p> <p>II - promoção da qualidade de vida, reduzindo as desigualdades e a exclusão social;</p> <p>III - prioridade ao transporte coletivo público e universalização da mobilidade, promovendo a diversidade de modais de transporte e a acessibilidade;</p> <p>IV - promoção social, econômica e cultural da cidade;</p> <p>V - conservação e recuperação do ambiente natural, dos recursos minerais e da água subterrânea;</p> <p>VI - prioridade de veículos não motorizados sobre veículos automotores.</p>

	<i>associações representativas de vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano sustentável.</i>	Parágrafo único. Será assegurada a participação direta da população e de associações representativas de vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano sustentável.
REDAÇÃO ANTERIOR	REDAÇÃO PROPOSTA	REDAÇÃO FINAL
<p>Art. 148. O Plano Diretor disporá, entre outras matérias, sobre:</p> <p>I. Normas relativas ao desenvolvimento urbano.</p> <p>II. Política de formulação de planos setoriais.</p> <p>III. Critério de parcelamento, uso e ocupação do solo, e zoneamento, prevendo áreas destinadas a moradias populares, com facilidade de acesso aos locais de trabalho, serviços e lazer.</p> <p>IV. Proteção ambiental.</p> <p>Parágrafo único. O controle do uso e ocupação do solo urbano implica, entre outras, nas seguintes medidas:</p> <p>I. Regulamentação do zoneamento.</p> <p>II. Especificação dos usos do solo, permitidos ou permissíveis em relação a cada área, zona ou bairro da cidade.</p>	<p><i>Art. 148. O Plano Diretor disporá, dentre outras matérias, sobre:</i></p> <p><i>I - Normas relativas ao desenvolvimento urbano sustentável;</i></p> <p><i>II - Critério de parcelamento, uso e ocupação do solo, zoneamento, atendendo às funções sociais da propriedade e da cidade;</i></p> <p><i>III - Mobilidade e acessibilidade urbana;</i></p> <p><i>IV - Proteção ambiental nos aspectos da sustentabilidade urbana e da conservação do patrimônio natural;</i></p> <p><i>Parágrafo único. O controle do uso e ocupação do solo urbano implica, entre outras, nas seguintes medidas:</i></p> <p><i>I - Regulamentação do zoneamento;</i></p> <p><i>II - Especificação dos usos do solo, permitidos ou permissíveis em relação a cada área, zona ou bairro da cidade,</i></p>	<p>Art. 148. O Plano Diretor disporá, entre outras matérias, sobre:</p> <p>I - normas relativas ao desenvolvimento urbano sustentável</p> <p>II - critério de parcelamento, uso e ocupação do solo, zoneamento, atendendo às funções sociais da propriedade e da cidade;</p> <p>III - mobilidade e acessibilidade urbana;</p> <p>IV - proteção ambiental nos aspectos da sustentabilidade urbana e da conservação do patrimônio natural;</p> <p>Parágrafo único. O controle do uso e ocupação do solo urbano implica, entre outras, nas seguintes medidas:</p> <p>I. regulamentação do zoneamento.</p> <p>II - especificação dos usos do solo, permitidos ou permissíveis em relação a cada área, zona ou bairro da cidade,</p>

<p>III. Aprovação ou restrição de loteamentos.</p> <p>IV. Controle das construções urbanas.</p> <p>V. Proteção da estética da cidade.</p> <p>VI. Preservação das paisagens, dos monumentos, da história da cultura da cidade.</p> <p>VII. Controle da poluição.</p>	<p><i>prevendo áreas destinadas a moradias populares, com facilidade de acesso aos locais de trabalho, serviços e lazer.</i></p> <p><i>III - Proteção da paisagem urbana, dos monumentos e da história da cultura da cidade.</i></p> <p><i>IV - Proteção dos ambientes naturais e controle da poluição.</i></p>	<p>prevendo áreas destinadas a moradias populares, com facilidade de acesso aos locais de trabalho, serviços e lazer.</p> <p>III. aprovação ou restrição de loteamentos.</p> <p>IV. controle das construções urbanas.</p> <p>V - proteção da paisagem urbana, dos monumentos e da história da cultura da cidade.</p> <p>VI - proteção dos ambientes naturais e controle da poluição.</p> <p>VII. controle da poluição.</p>
<p>REDAÇÃO ANTERIOR</p>	<p>REDAÇÃO PROPOSTA</p>	<p>REDAÇÃO FINAL</p>
<p>Art.149. Para a elaboração das partes que compõem o Plano Diretor, em especial as relativas à delimitação das zonas - urbana e agrícola -, sistema viário, zoneamento, loteamentos, preservação, renovação urbana, equipamentos, deverão, obrigatoriamente, ser levadas em consideração, entre outras, as seguintes diretrizes:</p> <p>I. O planejamento global do Município, com vistas:</p> <p>a) à integração cidade-campo, direcionando-se as diversas áreas e regiões, segundo critérios recomendáveis de ocupação, e na medida do possível, a sua vocação natural,</p>	<p><i>Art. 149. Para a elaboração das partes que compõem o Plano Diretor, em especial as relativas ao sistema viário, zoneamento, loteamentos, proteção ambiental, equipamentos, deverão obrigatoriamente ser levadas em consideração, entre outras, as seguintes diretrizes:</i></p> <p><i>I - O planejamento global do Município, com vistas a:</i></p> <p><i>a) consolidação do crescimento e adensamento da Cidade com a integração do uso do solo, do sistema viário e transportes, respeitando as restrições ambientais e estimulando os aspectos sociais e econômicos;</i></p>	<p>Art. 149. Para a elaboração do Plano Diretor, em especial no que se refere ao sistema viário, zoneamento, loteamentos, proteção ambiental, equipamentos, deverão obrigatoriamente ser levadas em consideração, entre outras, as seguintes diretrizes:</p> <p>I - o planejamento global do Município, com vistas a:</p> <p>a) consolidar o crescimento e adensamento da Cidade com a integração do uso do solo, do sistema viário e transportes, respeitando as restrições ambientais e estimulando os aspectos sociais e econômicos;</p>

impondo-se restrições de uso e coibindo-se o adensamento, na faixa do território municipal ao longo das divisas com os demais Municípios, destinando-a a produção agrícola e demais atividades compatíveis, de forma a constituir um cinturão verde à sua volta;

b) à sua integração à Região Metropolitana de Curitiba, em especial, relativamente às funções de interesse comum, para facilitar a integração da organização, do planejamento e da execução dessas funções, mediante convênios, nos quais se procurará estipular os usos e atividades recomendáveis para as diversas regiões, tendo-se em vista, principalmente, evitar a conurbação aberta, com uma ocupação e adensamento desordenados.

II. A preservação do meio ambiente, em especial:

a) pela projeção recomenda das novas ligações viárias;

b) pela liberação e implantação ordenada de novos loteamentos, de conjuntos habitacionais e assentamentos populares;

c) pela exploração controlada das atividades de mineração, especialmente ao longo do rio Iguaçu, impondo-se a obrigação da recomposição ou recuperação das áreas

b) distribuir espacialmente os equipamentos e serviços públicos, de forma a atender aos interesses e necessidades da população atual e projetada;

c) hierarquizar o sistema viário, de forma a propiciar o melhor deslocamento de veículos e pedestres, atendendo as necessidades da população, do sistema de transporte coletivo, individual e de bens;

d) consolidar e ampliar áreas de uso preferencial ou exclusivo de pedestres, as alternativas modais e à acessibilidade;

e) consolidar a integração da Cidade com as demais áreas da Região Metropolitana de Curitiba, através da organização e planejamento do território visando o interesse comum.

II - A proteção do meio ambiente e conservação do patrimônio natural, em especial:

a) pela utilização racional do território, considerando sua vocação, infraestrutura e os recursos naturais, mediante controle da implantação e funcionamento de atividades que venham a ocasionar impacto ao meio ambiente urbano;

b) pelo estabelecimento de normas

b) distribuir espacialmente os equipamentos e serviços públicos, de forma a atender aos interesses e necessidades da população atual e projetada;

c) hierarquizar o sistema viário, de forma a propiciar o melhor deslocamento de veículos e pedestres, atendendo as necessidades da população, do sistema de transporte coletivo, individual e de bens;

d) consolidar e ampliar áreas de uso preferencial ou exclusivo de pedestres, as alternativas modais e a acessibilidade;

e) consolidar a integração da Cidade com os demais municípios da Região Metropolitana de Curitiba, através da organização e planejamento do território visando o interesse comum.

II - a proteção do meio ambiente e conservação do patrimônio natural, em especial:

a) pela utilização racional do território, considerando sua vocação, infraestrutura e os recursos naturais, mediante controle da implantação e funcionamento de atividades que venham a ocasionar impacto ao meio ambiente urbano;

b) pelo estabelecimento de normas específicas de uso e ocupação do solo para

atingidas, ou ainda o seu adequado aproveitamento alternativo.

III. A economia de custos, a funcionalidade e a comodidade urbanas, em especial, pelo planejamento e regulamentação de:

a) sistemas viários ou vias novas em determinadas regiões, com liberação concomitante de loteamentos, com projeção coincidente de vias e com a cobrança obrigatória da contribuição de melhoria;

b) loteamentos com a implantação de infraestrutura recomendável a cada região e tipo de loteamento;

c) conjuntos habitacionais, com a implantação de infra-estrutura e equipamentos urbanos e comunitários, a cargo dos responsáveis;

d) condomínios, com limitação de sua dimensão em até um quarteirão, entendido este como a área compreendida dentro dos segmentos de quatro, quadras, ressalvados os casos indicados em lei, no interesse da preservação ambiental.

IV. A aplicação, conforme o caso, entre outros, na forma da lei, dos seguintes institutos e instrumentos jurídicos:

a) contribuição de melhoria;

específicas de uso e ocupação do solo para a proteção dos recursos naturais em áreas de mananciais e bacias hidrográficas e para exploração racional da água subterrânea servindo-se de instrumentos cartográficos de gestão e inclusive informações sobre outorgas fornecidas por instituição responsável pelas mesmas;

c) pela exploração controlada das atividades de mineração, especialmente ao longo do rio Iguaçu, impondo-se a obrigação da recomposição ou recuperação das áreas atingidas, ou ainda o seu adequado aproveitamento alternativo.

III - A economia de custos, a funcionalidade e a comodidade urbanas, em especial, pelo planejamento e regulamentação de:

a) sistemas viários ou vias novas em determinadas regiões, com liberação concomitante de loteamentos, com projeção coincidente de vias e com a cobrança obrigatória da contribuição de melhoria;

b) loteamentos com a implantação de infraestrutura recomendável a cada região e tipo de loteamento;

c) conjuntos habitacionais, com a implantação de infra-estrutura e equipamentos urbanos e comunitários, a cargo dos responsáveis;

a proteção dos recursos naturais em áreas de mananciais e bacias hidrográficas e para exploração racional da água subterrânea servindo-se de instrumentos cartográficos de gestão e inclusive informações sobre outorgas fornecidas por instituição responsável pelas mesmas;

c) pela exploração controlada das atividades de mineração, especialmente ao longo do rio Iguaçu, impondo-se a obrigação da recomposição ou recuperação das áreas atingidas, ou ainda o seu adequado aproveitamento alternativo.

III - A economia de custos, a funcionalidade e a comodidade urbanas, em especial, pelo planejamento e regulamentação de:

a) sistemas viários ou vias novas em determinadas regiões, com liberação concomitante de loteamentos, com projeção coincidente de vias e com a cobrança obrigatória da contribuição de melhoria;

b) loteamentos com a implantação de infraestrutura recomendável a cada região e tipo de loteamento;

c) conjuntos habitacionais, com a implantação de infra-estrutura e equipamentos urbanos e comunitários, a cargo dos responsáveis;

<p>b) desapropriação para reurbanização;</p> <p>c) pagamento, nas desapropriações amigáveis, mediante concessão de índices construtivos;</p> <p>d) concessão de índices construtivos aos proprietários de imóveis tombados, aos que sofrerem limitação em razão do tombamento, ou aos que cederem ao Município imóveis sob preservação.</p> <p>V. A regularização fundiária, mediante estabelecimento de normas especiais de urbanização.</p>	<p><i>d) condomínios, com limitação de sua dimensão em até um quarteirão, entendido este como a área compreendida dentro dos segmentos de quatro quadras, ressalvados os casos indicados em lei, no interesse da proteção ambiental e conservação do patrimônio natural.</i></p> <p><i>IV - A aplicação, conforme o caso, entre outros, na forma da lei, dos seguintes institutos e instrumentos jurídicos:</i></p> <p><i>a) contribuição de melhoria;</i></p> <p><i>b) desapropriação para reurbanização;</i></p> <p><i>c) pagamento, nas desapropriações amigáveis, mediante concessão de índices construtivos;</i></p> <p><i>d) concessão de índices construtivos aos proprietários de imóveis tombados, aos que sofrerem limitação em razão do tombamento, ou aos que cederem ao Município imóveis sob proteção ambiental.</i></p> <p><i>V - A regularização fundiária, mediante estabelecimento de normas especiais de urbanização.</i></p>	<p>d) condomínios, com limitação de sua dimensão em até um quarteirão, entendido este como a área compreendida dentro dos segmentos de quatro quadras, ressalvados os casos indicados em lei, no interesse da proteção ambiental e conservação do patrimônio natural.</p> <p>IV - a aplicação, conforme o caso, entre outros, na forma da lei, dos seguintes institutos e instrumentos jurídicos:</p> <p>a) contribuição de melhoria;</p> <p>b) desapropriação para reurbanização;</p> <p>c) pagamento, nas desapropriações amigáveis, mediante concessão de índices construtivos;</p> <p>d) concessão de índices construtivos aos proprietários de imóveis tombados, aos que sofrerem limitação em razão do tombamento, ou aos que cederem ao Município imóveis sob proteção ambiental.</p> <p>V - a regularização fundiária, mediante estabelecimento de normas especiais de urbanização.</p>
<p>REDAÇÃO ANTERIOR</p>	<p>REDAÇÃO PROPOSTA</p>	<p>REDAÇÃO FINAL</p>
<p>Art. 153. O Município, por iniciativa própria, ou com a colaboração do Estado, providenciará o estabelecimento de um</p>	<p><i>Art. 153. O Município, por iniciativa própria, ou com a colaboração do Estado, providenciará o estabelecimento de um</i></p>	<p>Art. 153. O Município, por iniciativa própria, ou com a colaboração do Estado, providenciará o estabelecimento de um</p>

<p>sistema estatístico, cartográfico e de geologia, que servirá como base para o planejamento.</p>	<p><i>sistema de informações georreferenciadas, com dados sobre parcelamento, uso do solo e edificações.</i></p>	<p>sistema de informações georreferenciadas, com dados sobre parcelamento, uso do solo e edificações, que servirá como base para o planejamento.</p>
<p>REDAÇÃO ANTERIOR</p>	<p>REDAÇÃO PROPOSTA</p>	<p>REDAÇÃO FINAL</p>
<p>Art. 164. O Município atuará na área do abastecimento e defesa do consumidor:</p> <p>I. Criando mecanismos de apoio à comercialização da produção e incrementando ações junto aos estabelecimentos de distribuição de alimentos básicos com controle de preços e qualidade.</p> <p>II. Promovendo ações específicas, visando à orientação ao consumidor e a educação alimentar.</p> <p>III. Organizando e mantendo um sistema de abastecimento alimentar à população carente.</p> <p>IV. Fomentando a produção agrícola e adotando política de plantio de produtos básicos ou hortigranjeiros em áreas ociosas.</p> <p>V. Criando, mediante lei, fundos específicos para o desenvolvimento e fiscalização da área de produção e distribuição de alimentos à população.</p>	<p><i>Art. 164. A política municipal do abastecimento terá COMO objetivo a promoção da segurança alimentar à população, através dentre outras, às seguintes medidas:</i></p> <p><i>I - garantindo à comunidade de baixa renda produtos mais baratos e de qualidade;</i></p> <p><i>II - promovendo a educação alimentar que vise à forma correta e mais econômica de assegurar uma alimentação saudável;</i></p> <p><i>III - ampliando e apoiando parcerias e iniciativas na produção, distribuição e comercialização de alimentos;</i></p> <p><i>IV - incentivando a produção de hortaliças, grãos e plantas medicinais em imóveis públicos e privados;</i></p> <p><i>V - promovendo ações de combate à fome;</i></p> <p><i>VI - viabilizando alimentação em situações emergenciais e de calamidade.</i></p>	<p>Art. 164. A política municipal do abastecimento terá como objetivo a promoção da segurança alimentar e nutricional à população, através dentre outras, das seguintes medidas:</p> <p>I - promover a educação alimentar e nutricional que assegure práticas alimentares e estilo de vida saudáveis, de forma sustentável;</p> <p>II - garantir à comunidade curitibana produtos mais baratos e de qualidade;</p> <p>III - ampliar e apoiar parcerias e iniciativas na produção, distribuição e comercialização de alimentos;</p> <p>IV - incentivar a produção de hortaliças, grãos e plantas medicinais em imóveis públicos e privados;</p> <p>V - promover ações de combate às situações de insegurança alimentar e nutricional;</p> <p>VI - favorecer o acesso a uma alimentação adequada às pessoas com necessidades alimentares especiais;</p>

		<p>VII - viabilizar alimentação em situações emergenciais e de calamidade.</p> <p>§ 1º A promoção da segurança alimentar e nutricional será garantida por ações desenvolvidas de forma integrada entre órgãos públicos e sociedade civil organizada referendadas pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar de Curitiba.</p> <p>§ 2º O Município garantirá autonomia financeira ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar de Curitiba.</p>
REDAÇÃO ANTERIOR	REDAÇÃO PROPOSTA	REDAÇÃO FINAL
<p>Art. 166. O Município, juntamente com o Estado ou a União, é responsável pela fiscalização do esgoto sanitário e água tratada, pelo abastecimento desta e pela coleta do lixo, para a população.</p>	<p><i>Art. 166. O Município, juntamente com o Estado ou a União, é responsável pela execução e/ou fiscalização da operação dos serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem urbana e manejo de águas pluviais incluídos no saneamento básico.</i></p>	<p>Art. 166. O Município, juntamente com o Estado ou a União, é responsável pela execução e fiscalização da operação dos serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem urbana e manejo de águas pluviais incluídos no saneamento básico.</p>
REDAÇÃO ANTERIOR	REDAÇÃO PROPOSTA	REDAÇÃO FINAL
<p>Art. 167. Será elaborado programa anual de saneamento básico, de responsabilidade do Poder Público Municipal, com auxílio do Estado e da União.</p> <p>Parágrafo único. Nos planos sob responsabilidade do Poder Público Municipal, devem constar metas e dotações orçamentárias para a solução dos problemas decorrentes da falta de saneamento básico.</p>	<p><i>Art. 167. Será elaborado programa anual de saneamento básico, de responsabilidade do Poder Público Municipal, com auxílio do Estado e da União com metas e dotações orçamentárias para a solução dos problemas decorrentes da falta de saneamento básico.</i></p> <p><i>Parágrafo único. O programa anual de saneamento básico deve abranger o abastecimento de água, o esgotamento sanitário e o manejo de águas pluviais</i></p>	<p>Art. 167. Será elaborado programa anual de saneamento básico, de responsabilidade do Poder Público Municipal, com auxílio do Estado e da União com metas e dotações orçamentárias para a solução dos problemas decorrentes da falta de saneamento básico.</p> <p>Parágrafo único. O programa anual de saneamento básico deve abranger o abastecimento de água, o esgotamento sanitário e o manejo de águas pluviais visando à melhoria da salubridade</p>

	<i>visando à melhoria da salubridade ambiental.</i>	ambiental.
REDAÇÃO ANTERIOR	REDAÇÃO PROPOSTA	REDAÇÃO FINAL
Art.168. O Poder Público Municipal organizará serviço de tratamento dos rejeitos e resíduos variados, como forma de evitar a poluição dos mananciais de água e do meio ambiente.	<i>Art. 168. O Poder Público Municipal organizará o serviço de manejo dos resíduos sólidos, implantando o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, contendo a origem, o volume, a caracterização dos resíduos e as formas de destinação e disposição final adotadas.</i>	Art. 168. O Poder Público Municipal organizará o serviço de manejo dos resíduos sólidos, implantando o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, contendo a origem, o volume, a caracterização dos resíduos e as formas de destinação e disposição final adotadas.
REDAÇÃO ANTERIOR	REDAÇÃO PROPOSTA	REDAÇÃO FINAL
Art. 189. O Município, na sua função reguladora, criará limitações e imporá exigências que visem a proteção e recuperação do meio ambiente, especialmente por meio de normas de zoneamento, de uso do solo e de edificações.	<i>Art. 189. O Município, na sua função reguladora, promoverá a conservação, proteção, recuperação e o uso racional do meio ambiente e de seu patrimônio natural, estabelecendo normas, incentivos e restrições ao seu uso e ocupação, visando a conservação da natureza e a sustentabilidade da Cidade, para as presentes e futuras gerações.</i>	Art. 189. O Município, na sua função reguladora, promoverá a conservação, proteção, recuperação e o uso racional do meio ambiente e de seu patrimônio natural, estabelecendo normas, incentivos e restrições ao seu uso e ocupação, visando a conservação da natureza e a sustentabilidade da cidade, para as presentes e futuras gerações.
REDAÇÃO ANTERIOR	REDAÇÃO PROPOSTA	REDAÇÃO FINAL
Art. 190. O dever do Município com o meio ambiente será efetivado mediante a garantia de: I. Estabelecer uma política municipal do meio ambiente, objetivando a preservação e o manejo dos recursos naturais, de acordo com o interesse social. II. Promover a educação ambiental, visando a conscientização pública para preservação do meio ambiente.	<i>Art. 190. São diretrizes gerais da política municipal do meio ambiente:</i> <i>I - Estabelecer uma política municipal de meio ambiente, objetivando a sustentabilidade ambiental através da proteção, restauração e conservação do patrimônio natural e cultural;</i> <i>II - Criar unidades de conservação e outras áreas de interesse para a proteção de mananciais, ecossistemas naturais, flora e</i>	Art. 190. O dever do Município com o meio ambiente será efetivado mediante a garantia de: I - estabelecer uma política municipal de meio ambiente, objetivando a sustentabilidade ambiental através da proteção, restauração e conservação do patrimônio natural e cultural; II - criar unidades de conservação e outras áreas de interesse para a proteção de

III. Exigir a realização de estudo prévio de impacto ambiental para construção, instalação, reforma, recuperação, ampliação e operação de atividades ou obras potencialmente causadoras de degradação do meio ambiente, do qual se dará publicidade.

IV. Controlar a produção, comercialização e emprego de técnicas, métodos ou substâncias que comportem riscos para a vida, para a qualidade de vida e para o meio ambiente.

V. Proteger o patrimônio cultural, artístico, histórico, estético, paisagístico, faunístico, turístico, ecológico e científico, provendo a sua utilização em condições que assegurem a sua conservação.

VI. Promover o controle das cheias, definindo parâmetros para o uso do solo.

VII. Incentivar as atividades de conservação ambiental.

VIII. Estabelecer a obrigatoriedade de reposição da flora nativa, quando necessária à preservação ecológica.

§ 1º. Aquele que explorar recursos naturais fica obrigado a recuperar o meio ambiente, se o degradar, de acordo com a solução técnica estabelecida pelo órgão competente,

fauna, recursos genéticos e outros bens naturais e culturais, estabelecendo normas a serem observadas nessas áreas;

III - Proteger o patrimônio cultural, histórico e artístico, provendo a sua utilização em condições que assegurem a sua conservação.

IV - Promover a educação ambiental, visando a participação pública para proteção e conservação do meio ambiente.

V - Incentivar as iniciativas particulares de conservação de ambientes naturais.

VI - Exigir a realização de estudo prévio de impacto ambiental e avaliação estratégica para construção, instalação, reforma, recuperação, ampliação e operação de atividades ou obras potencialmente causadoras de degradação do meio ambiente, do qual se dará publicidade.

VII - Controlar a produção, comercialização e emprego de técnicas, métodos ou substâncias que comportem riscos para a vida, para a qualidade de vida e para o meio ambiente.

VIII - Promover o controle das cheias, definindo parâmetros para o uso do solo.

§ 1º. Aquele que explorar recursos naturais

mananciais, ecossistemas naturais, flora e fauna, recursos genéticos e outros bens naturais e culturais, estabelecendo normas a serem observadas nessas áreas;

III - proteger o patrimônio cultural, histórico e artístico, provendo a sua utilização em condições que assegurem a sua conservação.

IV - promover a educação ambiental, visando a participação pública para proteção e conservação do meio ambiente.

V - incentivar as iniciativas particulares de conservação de ambientes naturais.

VI - exigir a realização de estudo prévio de impacto ambiental e avaliação para construção, instalação, reforma, recuperação, ampliação e operação de atividades ou obras potencialmente causadoras de degradação do meio ambiente, do qual se dará publicidade.

VII - controlar a produção, comercialização e emprego de técnicas, métodos ou substâncias que comportem riscos para a vida, para a qualidade de vida e para o meio ambiente.

VIII - promover o controle das cheias, definindo parâmetros para o uso do solo.

na forma da lei.

§ 2º. As condutas e atividades lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores às sanções administrativas, estabelecidas em lei, e com multas diárias e progressivas no caso de continuidade da infração ou reincidência, incluídas a redução do nível de atividade e a interdição, independente da obrigação de os infratores restaurarem os danos causados, e sem prejuízo da sanção penal cabível.

§ 3º. Os recursos oriundos de multas administrativas e condenações judiciais por atos lesivos ao meio ambiente e das taxas incidentes sobre a utilização de recursos ambientais, serão destinados a um fundo gerido pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente, na forma da lei.

fica obrigado a recuperar o meio ambiente, se o degradar, de acordo com a solução técnica estabelecida pelo órgão competente, na forma da lei.

§ 2º. As condutas e atividades lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores às sanções administrativas, estabelecidas em lei, e com multas diárias e progressivas no caso de continuidade da infração ou reincidência, incluídas a redução do nível de atividade e a interdição, independente da obrigação de os infratores restaurarem os danos causados, e sem prejuízo da sanção penal cabível.

§ 3º. Os recursos oriundos de multas administrativas e condenações judiciais por atos lesivos ao meio ambiente e das taxas incidentes sobre a utilização de recursos ambientais, serão destinados a um fundo gerido pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente, na forma da lei.

§ 1º. Aquele que explorar recursos naturais fica obrigado a recuperar o meio ambiente, se o degradar, de acordo com a solução técnica estabelecida pelo órgão competente, na forma da lei.

§ 2º. As condutas e atividades lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores às sanções administrativas, estabelecidas em lei, e com multas diárias e progressivas no caso de continuidade da infração ou reincidência, incluídas a redução do nível de atividade e a interdição, independente da obrigação de os infratores restaurarem os danos causados, e sem prejuízo da sanção penal cabível.

§ 3º. Os recursos oriundos de multas administrativas e condenações judiciais por atos lesivos ao meio ambiente e das taxas incidentes sobre a utilização de recursos ambientais, serão destinados a um fundo gerido pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente, na forma da lei.

IX - elaborar carta de risco geológico-geotécnico com a definição das áreas propícias a apresentarem problemas de instabilidade durante eventos climáticos extremos e plano de contingência para retirada de moradores.

X - criar e manter um agrupamento da Defesa Civil Municipal, de forma

REDAÇÃO ANTERIOR	REDAÇÃO PROPOSTA	REDAÇÃO FINAL
<p>Art. 194. O Município editará, no prazo de seis meses após a promulgação desta Lei Orgânica, lei de defesa do meio ambiente, que estabelecerá critérios de proteção ambiental e de manutenção do equilíbrio ecológico, com previsão de infrações e respectivas sanções.</p>	<p>Art. 194. O Município elaborará diretrizes de conservação e recuperação da Mata Atlântica, contemplando a proteção de áreas públicas e privadas de interesse ecológico dentro deste bioma.</p>	<p>Art. 194. O Município editará, no prazo de seis meses após a promulgação desta Lei Orgânica, lei de defesa do meio ambiente, que estabelecerá critérios de proteção ambiental e de manutenção do equilíbrio ecológico, com previsão de infrações e respectivas sanções.</p> <p>Parágrafo único. O Município elaborará diretrizes de conservação e recuperação da Mata Atlântica, contemplando a proteção de áreas públicas e privadas de interesse ecológico dentro deste bioma.</p>
REDAÇÃO ANTERIOR	REDAÇÃO PROPOSTA	REDAÇÃO FINAL
<p>Art. 195. O Município criará o Conselho Municipal do Meio Ambiente, com atribuições e composição que a lei estabelecer.</p>	<p>Art. 195. O Município criará e manterá um agrupamento da Defesa Civil Municipal, de forma permanente, especializado e equipado para o enfrentamento dos mais diversos desastres naturais e ambientais.</p> <p>I - O Município elaborará sua carta de risco geológico-geotécnico na escala 1:5.000, com o intuito de definir áreas propícias a apresentarem problemas de instabilidade durante eventos climáticos extremos, e em conjunto determinar o plano de contingência de retirada temporária de moradores para ser entregue para a Defesa Civil. A carta de risco e o plano de contingência deverão ser revistos no interstício de 8 anos.</p>	<p>Art. 195. O Município manterá o Conselho Municipal do Meio Ambiente, com atribuições e composição que a lei estabelecer.</p>

II - O agrupamento de Defesa Civil Municipal deverá interagir com organismos afins dos municípios da Região Metropolitana, visto que desastres ocorridos em municípios confrontantes poderão afetar o Município de Curitiba.